



PRODUÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Tullyana Kassia SIRQUEIRA¹

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

RESUMO

O trabalho aqui apresentado é uma vertente do projeto de pesquisa “SOB O SÍGNO DA REPRESSÃO: A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA NOS TEMPOS DA DITADURA MILITAR (1969-1985)”. Será feito um levantamento bibliográfico sobre o movimento estudantil nos variados departamentos do Centro de Ciências Humanas da UFV. São eles: Departamento de Comunicação Social - DCM; Departamento de Ciências Sociais - DCS; Departamento de Economia Doméstica - DED; Departamento de Geografia - DGE; Departamento de História - DHI; Departamento de Letras; Departamento de Educação - DPE; Departamento de Direito - DPD. Esta etapa do projeto é importante para conhecermos o que já foi produzido sobre nosso objeto de estudo - movimento estudantil na Ditadura Militar - no local o qual está inserido - UFV. A análise busca compreender em que bases teóricas as pesquisas foram desenvolvidas e quais as fontes privilegiadas para esses estudos. Entendendo que o período do Regime Militar no país foi marcado de grande omissão de fontes primárias, o que dificulta a pesquisa citada acima, as fontes secundárias oferecem um grande aparato interpretativo. Foi também um período marcado por repressão e contradições políticas, sócias, e econômica, serão utilizadas como fontes primárias as produções dos diversos departamentos, tendo por método o materialismo histórico dialético, mediado pela análise de conteúdo. Nesta etapa da pesquisa, buscamos compreender como esse período da história do país é estudado na UFV, entendendo que a participação da Instituição no processo de consolidação do regime militar foi importante e estreitamente articulada com os interesses do golpe. O estudo é baseado no materialismo histórico dialético, a partir do que entendemos ser possível apreender as contradições desse momento da história brasileira.

Palavras-Chave: Movimento estudantil; Universidade Federal de Viçosa; Ditadura no Brasil

¹ Universidade federal de Viçosa

OCUPAÇÕES EM PROPRIEDADES RURAIS QUE NÃO CUMPREM SUA FUNÇÃO SOCIAL: o caso de Quatis/RJ

Bianca Fressato Rocha¹

Maria Luísa de Oliveira
Moreira²

Prof. Dra. Patricia Borba de
Souza³

Ocupação. MST. Função social da propriedade. Reforma agrária. Caso de Quatis/RJ

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este estudo trata da análise da condição atual da reforma agrária e seus institutos, assim como dos conflitos existentes no campo, onde foi investigado um caso prático que ocorreu no município de Quatis/RJ. A metodologia utilizada foi a pesquisa empírica, na modalidade de campo através de visita à comunidade e entrevista com os moradores, e a bibliográfica, fazendo uso de fontes primárias e secundárias, com o objetivo de verificar se a terra sem o devido cumprimento da função social deve ser redistribuída. A proposta de verificar a realidade de um agrupamento de assentados e a aplicação prática dos princípios da organização social “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” na ocupação de uma propriedade improdutiva. Além disso, buscou-se observar o modo de vida dos indivíduos, de que modo cumprem seus compromissos em meio à exclusão que são imersos pela omissão estatal e como lidam com o estigma social arraigado ao movimento e seus membros. Acrescenta-se a vontade de contribuir para a atenuação do preconceito ligado à reforma agrária, bem como explicitar os meios legais garantidos para que a mesma ocorra e demonstrar os critérios usados para a identificação da terra a ser ocupada, a ocupação em si, desapropriação, a posterior instalação do grupo no local e a seleção dos integrantes. A intenção deste estudo é dar visibilidade à existência dessas comunidades e de seus moradores,

¹ Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas.

² Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas.

³ Orientadora, professora doutora no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas

assim como sua luta em prol da conquista de direitos, para que a sociedade compreenda seus objetivos, e o Estado cumpra sua devida incumbência e dê assistência a essa minoria, garantindo assim a equidade. Dentro dessa perspectiva, diversos assentamentos e acampamentos de organizações sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm apontado uma estreita relação entre a reforma agrária proposta pelo Estado desde 1964 no ordenamento jurídico e a burocracia existente em processos de desapropriação para esse fim, fazendo com que demorem longos períodos até a finalização e mantenham os moradores dessas comunidades em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos humanos e fundamentais. O estigma social arraigado tanto aos membros dos movimentos sociais quanto a própria reforma agrária tem grande influência nos cada vez mais frequentes e violentos conflitos agrários. Ademais, no caso prático retratado, contrariando a ideia da existência de conflito pela conquista dos direitos de uma minoria jurídica, o estudo visou retratar a realidade da comunidade e como se deu a conquista dos direitos da comunidade.



UMA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA OS TRABALHADORES DO SUS: COMPREENDENDO OS DESAFIOS ATUAIS DA SAÚDE PÚBLICA EM UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Tarsila Teixeira Vilhena LOPES¹
Leonardo CARNUT²
Áquilas MENDES³
Samara Jamile MENDES⁴

Palavras-chave: Política, Saúde Coletiva, Educação, Pensamento crítico

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Resumo

Herdeira da tradição social-democrata, a Saúde Coletiva foi colonizada pelo pensamento político neste campo, desencorajando assim, o desenvolvimento do ‘político’ através de outras matrizes interpretativas, especialmente àquela filiada à crítica à economia política. Entendendo a educação política para classe trabalhadora como forma de descortinar os mecanismos de opressão que o Estado opera na condução das questões sociais, é que problematizamos a Formação Política em Saúde como uma estratégia de reorganização de ‘classe em si’ para o enfrentamento do desmonte do direito à saúde. Por isso, a formação política dos trabalhadores na área da saúde tem sido um desafio que deve ser enfrentado, especialmente na sua conexão com o contexto problemático do capitalismo em crise. A Associação Paulista de Saúde Pública vem desenvolvendo um Curso de Formação Política em Saúde, apoiado em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que tem provocado reflexões da prática atual dos profissionais em saúde. Este artigo busca analisar a visão dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), participantes desse Curso, acerca dos desafios contemporâneos da Saúde Pública a luz da interpretação marxista. Este tema foi alvo de discussão durante a realização do curso e ao seu término, 17 trabalhadores foram solicitados a responder a uma entrevista semiestruturada com diversos tópicos relacionados à experiência vivenciada. Diversas categorias foram elencadas e foi possível perceber que o conteúdo mais frequente na percepção dos trabalhadores referiu-se a categoria “Prática atual dos profissionais em saúde está distanciada do seu papel político”. Essa categoria chama atenção, pois reforça a necessidade de ampliar o escopo político do pensamento sanitário. Três outras categorias

¹Mestre em Gestão da Clínica pela Universidade Federal de São Carlos. Email: tarsilalopes@yahoo.com.br

²Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo. Email: leonardo.carnut@gmail.com

³Professor Doutor Livre-Docente de Economia Política da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo. Email: aquilasmendes@gmail.com

⁴Doutoranda em Fármaco e Medicamento pela Universidade de São Paulo. Email: samarjm@gmail.com



obtiveram também, alta frequência. São elas: “Entender melhor a influência do capital na saúde pública”; “Oportunidade de ler autores que não são comuns na minha rotina” e “Necessidade de uma revisão crítica da reforma sanitária e dos referenciais da saúde coletiva. Dessa forma, ficou perceptível que os trabalhadores passaram a delimitar melhor a compreensão da relação política-desafios da Saúde Pública, diferentemente dos temas que tradicionalmente vem sendo apresentados pela Saúde Coletiva.

LEGADOS DE 1968 E OS MOVIMENTOS JUVENIS NO SÉCULO XXI

Luís Antonio Groppo¹

Palavras-chave: 1968. Michael Denning. movimento antiglobalização. Jornadas de Junho. ocupações estudantis.

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho é inspirado pela comparação feita por Michael Denning, em “Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos três mundos”, entre 1968 e o movimento antiglobalização. Também, pelo fato de que, diferente de 2008, 1998 e 1988, em 2018 os movimentos de 1968 têm sido muito pouco tematizado em eventos – outrora, 1968 era importante referência dos movimentos sociais, em especial dos juvenis. Denning compara o contexto geopolítico e ideológico de 1968 – marcado pela Guerra Fria, pela divisão do planeta em 1º, 2º e 3º Mundos e por concepções heterodoxas do socialismo – com o contexto no início do século XXI - marcado pela globalização e pelas lutas antiglobalização. Denning distingue também a pauta dos dois momentos, marcada por “liberdade” em 1968, e por “igualdade” no movimento antiglobalização. Esse trabalho faz uso de revisão bibliográfica e sistematização de pesquisas já realizadas, para levantar algumas questões, e ensaiar algumas respostas, a partir de uma extensão daquela comparação, envolvendo agora outro ciclo mundial de lutas sociais, iniciado com a Primavera Árabe de 2012 – o qual envolve os Indignados de Espanha e Portugal, o *Occupy Wall Street* e as Jornadas de 2013 no Brasil, entre outros. Destacando-se os movimentos juvenis, ou a participação de jovens neste ciclo de lutas sociais, encontra-se muito mais proximidade com a pauta do movimento antiglobalização do que a pauta de 1968, em especial quando se considera o movimento das ocupações estudantis no Brasil de 2015 e 2016 como parte deste ciclo. Há notáveis convergências entre os três ciclos de lutas juvenis mundiais, a começar pelo caráter juvenil das/dos rebeldes, bem como a simultaneidade temporal entre as lutas em cada ciclo e o contágio das formas de organização e ideologias, ambos indicando que há um contexto socioeconômico de âmbito mundial, causa das mazelas as quais se denunciam. No movimento antiglobalização, a consciência sobre o caráter mundial dos problemas sociais que se combatiam, quanto do próprio movimento, foi mais forte, assim como a relação entre as demandas locais e as questões globais, referenciadas na rejeição à globalização neoliberal. O atual ciclo de lutas sociais ainda sistematizou pouco sobre suas pautas e formas de ação e organização, apesar da grande combatividade dos seus sujeitos. O clima político no Brasil atual, assim como de parte importante do mundo, de grande acirramento ideológico mas com uma tendência hegemônica mais conservadora e autoritária, tem ceifado lembranças de 1968. Contudo, a pouca referência feita pelos atuais movimentos juvenis a 1968 se deve também à maior distância entre os contextos geopolíticos e o apelo das pautas, ainda que o movimento das ocupações tenha feito uso de uma tática trazida das lutas operárias ao movimento estudantil em 1968 – a ocupação de escolas e universidades.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG. luis.groppo@unifal-mg.edu.br



O ENSINO SECUNDÁRIO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REPUBLICANA (1890/2017): MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E A MANUTENÇÃO DA EXCLUSÃO

RAYANE OLIVEIRA DA SILVA¹
JOANA D'ARC GERMANO HOLLERBAHC²

Palavras-chave: Ensino Médio; Banco Mundial; Reforma do Ensino Médio.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa “A reforma do ensino médio de 2017 e o Banco Mundial: permanências e rupturas nas sugestões para o ensino secundário”. Apresentamos aqui, a partir do método de análise do discurso materialismo histórico dialético, o estudo da legislação brasileira, que afeta o ensino secundário no período republicano. Trazemos as principais alterações propostas e implementadas a partir de 1890, buscando compreender como o ensino secundário foi concebido pela república no Brasil. A pesquisa partiu do levantamento da legislação disponível no site do Congresso Nacional, e foram identificados nas ementas, as principais alterações e possíveis impactos das leis relativas ao ensino secundário, particularmente as que dizem respeito ao ensino médio. Após a análise é possível identificar um marco temporal em 1961, quando a Lei 4.024/61 pressupõe um movimento de unidade nacional; em 1971, quando a profissionalização compulsória proposta pela Lei 5.692/71 explicita a dualidade história; em 2009, na Emenda Constitucional 95/2009, que estabelece a universalização do ensino médio e por fim na Lei 13.415/17, a reforma imposta pelo Governo do Golpe, que retrocede na profissionalização e nos itinerários formativos, aprofundando a dualidade. O debate sobre ensino médio, suas permanências e rupturas, se faz urgente, num momento em que o direito à educação se vê ameaçado, como tantos outros, e em que o capital avança sobre o trabalho, aprofundando o fosso entre os que produzem e os que não produzem. Buscamos no materialismo histórico o aporte teórico que nos possibilita compreender a realidade concreta e suas contradições, entendendo que a legislação que regula a educação é cara ao capital, por organizar a formação dos trabalhadores dos trabalhadores a partir dos princípios da acumulação.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) – e-mail: rayane.o.silva@ufv.br

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e-mail: joanadarcgermano@gmail.com



1968 – A GREVE DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES METALÚRGICOS DE CONTAGEM: UMA ANÁLISE 50 ANOS DEPOIS

JÚLIA FITARONI MOREIRA DIAS¹
EDGARD LEITE DE OLIVEIRA²

Palavras-chave: Greve dos metalúrgicos de Contagem; Memória; Marxismo e Educação.

Grupo de Trabalho:GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude.

Resumo

O ano de 1968 tornou-se enigmático, ponto de partida de várias transformações sociais, políticas e culturais em todo o mundo. Período de Guerra Fria com manifestações populares, sendo o *Maio de 68* na França o mais conhecido, no qual estudantes universitários e secundaristas protestavam contra o autoritarismo e o anacronismo da Academia, com a adesão dos operários o movimento tomou proporção de contestação política contra o estado francês.

Ainda no contexto mundial, além da explosão de protestos em toda a Europa, nos Estados Unidos eclodem manifestações populares contra a guerra do Vietnã. No México, houve o massacre dos estudantes da Praça de Tlatelolco. Em toda a América Latina, a juventude influenciada pela Revolução Cubana aderiu à guerrilha para se opor aos governos ditatoriais e capitalistas.

No Brasil não foi diferente, o estudante secundarista Edson Luís foi assassinado de forma brutal pela polícia do Estado, na cidade do Rio de Janeiro. Em reação ao crime

¹Graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal de Viçosa. Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal de Viçosa. Email: fitaronijulia@gmail.com

² Doutor em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Email: edhistoria0909@gmail.com



político, intelectuais, religiosos e estudantes realizaram a *Marcha dos Cem Mil*, na mesma cidade, em junho do mesmo ano. Entre as pautas de reivindicação estavam o fim da repressão, o fim da censura e a redemocratização do país. O governo militar responderia meses depois com o Ato Institucional número 5.

Em abril de 1968, trabalhadoras e trabalhadores da região industrial de Contagem, Minas Gerais, organizaram a primeira greve após o golpe militar de 1964, uma das mais importantes da história do movimento operário brasileiro. Compreendendo a importância deste episódio na história brasileira, o presente resumo propõe resgatar as memórias e experiências daqueles que participaram desse processo 50 anos após o ocorrido.

Sabendo-se que à época cresciam as manifestações de oposição ao regime, principalmente artísticas e estudantis, compreende-se que a greve de Contagem de 1968 dialoga com as mesmas. Nesse sentido, a dissertação de mestrado intitulada “Conflito Social, Memória e Experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968” será o subsídio teórico norteador das análises empreendidas a seguir. Assim, faz-se a relação entre uma greve do passado com o olhar do presente, imerso em memórias e experiências, dialogando com a conjuntura recente dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, projetando possibilidades futuras. Partindo da referência do materialismo histórico-dialético da contradição capital *versus* trabalho, ao analisar o passado e contrapor discursos, análises e reflexões, no campo político, social e cultural.

Posto isto, a comunicação científica corrobora com as comemorações de 50 anos da greve, além de destacar as atividades realizadas pelas trabalhadoras e trabalhadores da região industrial de Contagem, bem como pela comunidade acadêmica em forma de publicações e documentários de nossa autoria e de outros autores.



O (VELHO) NOVO ENSINO MÉDIO: IDEOLOGIA E CONFORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA ATRAVÉS DA LEI 13.415/17

André Randazzo ORTEGA¹

Joana D’Arc Germano HOLLERBACH²

Palavras Chave – Ensino Médio. Ideologia. Lei 13.415/17

Grupo de Trabalho 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

O presente trabalho propõe-se, ainda que de forma propedêutica, a estabelecer reflexões sobre a ideologia produzida pelo Estado brasileiro a respeito da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que consubstancia a reforma do ensino médio. Essa ideologia está expressa nos argumentos e nas construções discursivas oficiais explicitadas nos mais variados documentos oficiais, como, por exemplo, propagandas e vídeo-chamadas vinculadas na televisão e na *internet* e relatos de ações movidas na justiça contra a reforma. Para tanto, consideramos a concepção marxista de ideologia, por sua vez ressaltada e exposta por Marilena Chauí no livro *O que é ideologia* e no artigo *Ideologia e Educação*. Concomitantemente, o trabalho adota a análise de conteúdo como técnica de recolha de dados, com o auxílio do programa *Iramuteq* de análise de textos. A condução da investigação nos leva ao entendimento de que a construção discursiva engendrada pelo Estado acerca de sua reforma tem como pilar de sustentação a palavra “Novo” que não só dá título à reforma (Novo Ensino Médio), como também toma a conotação de “melhor”, relacionando-se ainda com diversos outros termos presentes nas propagandas. Sendo assim, e de forma alinhada a uma roupagem moderna e jovem, que usa e abusa das representações do cotidiano da maioria dos estudantes de nível médio, as propagandas mascaram desigualdades e formulam uma série de conceitos e normas que determinam como se deve pensar a respeito da reforma, ou seja, produz uma ideologia sobre ela, vendendo-a como uma solução para os problemas da educação e para o desestímulo dos jovens com o ensino médio. Estes resultados permitem-nos sustentar a ideia de que a ideologia aqui produzida para o ensino médio atende aos objetivos das classes dominantes e dirigentes na manutenção de uma educação que conforme a classe trabalhadora com a sociedade e o sistema do capital, perpetuando concepções pedagógicas que estimulam a competitividade desenfreada em uma sociedade sem emprego para todos os trabalhadores. Temos, portanto, um Novo Ensino Médio que de “Novo”, com efeito, não tem nada.

¹Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: andreortega10@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: joana.germano@ufv.br.



Batismo de Sangue: literatura testemunhal como ferramenta do reconhecimento histórico da dor.

Eduardo Augusto Carvalho TEIXEIRA¹

Palavras-chave: Ditadura.Literatura.Testemunho.Dominicanos.

Grupo de Trabalho: GT 2 - Movimentos Sociais, Educação e Juventude.

Resumo

Esta pesquisa buscou compreender a literatura de testemunho como fonte histórica importante para o entendimento da ditadura civil-militar e do processo de redemocratização no Brasil, por meio da obra do Frei Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, intitulada *Batismo de Sangue* e publicada em 1982. Esta pesquisa baseou-se nas relações entre História, Memória e literatura, entendendo que apresentam linguagens diferenciadas e representam fontes históricas importantes para a compreensão do contexto histórico da ditadura e da transição democrática. A adoção de perspectivas e linguagens diferenciadas sobre a leitura do passado, a avaliação sobre o diálogo entre escritor e a produção de outros sobreviventes, sobretudo, o choque de conteúdos e interpretações entre a memória coletiva de militância de grupos marxistas ortodoxos e a construção da memória relativa à participação de setores da Igreja Católica na resistência armada ao regime civil-militar foram preocupações deste trabalho. As leituras feitas durante a pesquisa foram norteadas por perspectivas e linguagens diferenciadas sobre interpretações da memória coletiva: por um lado relativas à militância de grupos armados, e aquela relacionada à participação de setores da Igreja Católica na resistência ao regime civil-militar. A obra de cunho biográfico, revela um silenciamento sobre a participação da Igreja no combate à ditadura, por parte da memória de guerrilha, mesmo em tempo de transição, estimulando o debate dos leitores sobre qual de fato foi o posicionamento da instituição religiosa nos anos da ditadura. Entende-se que as narrativas testemunhais de sobreviventes de grandes catástrofes não são reflexos da realidade, mas produtos históricos de uma sociedade específica e de agentes discursivos que interferem no próprio processo histórico, como o gênero testemunhal. Logo, pelo seu teor testemunhal, *Batismo de Sangue* pode cumprir o papel de realizar a justiça e a reparação histórica em casos de trágicos episódios.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas e professor da rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Email: eduardoaugusto49@gmail.com.



A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais

Mariana RAMOS PEREIRA¹

Palavras-chave: : grupos juvenis. Permanência. horizontalidade.

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho é resultado parcial do projeto de iniciação científica “A dimensão educativa das organizações juvenis. Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais”. O objetivo geral da pesquisa está sendo compreender e interpretar como se organizam e ocorrem os processos de formação social e política dos jovens estudantes de uma universidade do interior de Minas Gerais que participam de dois coletivos juvenis presentes no interior dela. A pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer mais e melhor a dimensão educativa não formal destes coletivos juvenis, que atuam ao lado ou à margem dos processos formais de ensino e, segundo a literatura consultada e primeiras conclusões, têm grande presença na formação política dos jovens estudantes que participam deles. Trata-se de uma formação distinta, a princípio, daquela preconizada pelos estudos clássicos de socialização política, pois se dão por meio de processos participativos e horizontais, em que os jovens são atores centrais, e que incidem diretamente na chamada esfera pública, por vezes tornando transparentes questões outrora restritas ao mundo privado. Para realização desta pesquisa foram usadas como técnicas de pesquisa a coleta de materiais disponibilizados pelos grupos em mídias sociais, a observação participante de todas as atividades que os grupos se envolvam, totalizando 13 observações, e a realização de 7 entrevistas. Alguns resultados encontrados foram a presença de um forte interesse dos sujeitos em terem formação política, dessa forma, eles sempre estão envolvidos em eventos que proporcionam esse tipo de formação, como é o caso de um acampamento que aconteceu no Rio de Janeiro, e um dos grupos se organizou para ir e participar das discussões desse espaço. O material também mostrou uma intensa preocupação dos sujeitos com os seus companheiros, e por isso, os grupos conseguem ter um papel notável na permanência dos seus integrantes na universidade. Portanto, contradizendo as leituras feitas pelo senso comum e algumas linhas dentro da sociologia da juventude, os coletivos juvenis conseguem, a partir das discussões feitas entre os próprios integrantes, de forma

¹ Graduanda de Ciências Sociais pela UNIFAL. Email: mariramospereiramrp@gmail.com



horizontal, e também através das relações, um importante elemento dentro da universidade, pois é a partir deles que os estudantes estão conseguindo construir relações e exercendo um dos elementos centrais da democracia, o debate. Com isso, conclui-se que a organização horizontal exercida dentro dos coletivos é um elemento formador para os seus integrantes e os seus processos formadores, aqui apresentados como não formais, conseguem acrescentar, e muitas vezes superar, a formação formal que a universidade possibilita.



MOVIMENTO ESTUDANTIL: UM MOVIMENTO SOCIAL EDUCATIVO E FORMATIVO

Junior Roberto Faria TREVISAN¹

Palavras-chave: Juventude. Movimento estudantil. Movimentos sociais. Educação. Formação.

Grupo de Trabalho: GT 8 - Movimentos Sociais, Educação e Juventude.

Resumo

Os movimentos sociais, dentre eles, os movimentos estudantis têm motivado importantes estudos nas áreas das ciências sociais e das humanidades. Desde sua institucionalização, a partir dos anos 1960, como campo de pesquisa específico, emergiram várias teorias e paradigmas que trataram a temática a partir de numerosas concepções. Parte de um projeto de pesquisa mais amplo², apresentado para o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), cujo foco de análise são os processos educativos e a formação política presentes no âmbito do movimento estudantil organizados por jovens de uma universidade pública sul mineira, o presente trabalho tem por objetivo caracterizar o movimento estudantil como uma forma singular marcada tanto pelas suas particularidades quanto pelos elementos que a conecta a outros movimentos sociais. Além disso, e sem cair na tentação de idealizar o potencial das ações coletivas e do ativismo juvenil, o texto busca pautar o movimento, mesmo com todas suas contradições, como um espaço educativo, formativo e de produção de novos conhecimentos – sejam eles formais ou não. Para embasar tais questões, foi realizado levantamento bibliográfico sobre a temática e a sistematização de dados obtidos por meio de observação participante realizada no campus sede de uma universidade pública federal do interior de Minas Gerais. O termo movimento social, mesmo com sua amplitude etimológica, remete a formas de fazer política que abarcam conjuntos singulares e históricos de interações e práticas coletivas. Nesse sentido, só é possível traduzir as lutas, reivindicações e ações estudantis como um movimento de fato quando estas se articulam com elementos intrínsecos a outros movimentos e ações sociais. São essas convergências, ou seja, essa dialética entre singularidade e associação, que

¹ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: juniortrevisansk8@hotmail.com.

² Ainda em andamento, o projeto conta com a orientação do Professor Dr. Luís Antonio Groppo e com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Pós-graduação (PIB-Pós) da UNIFAL-MG.



configuram o movimento estudantil como um movimento característico e de grande capacidade educativa.

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO SUL DE MINAS GERAIS E O CONCEITO DE EDUCAÇÃO MENOR

Mara Aline Oliveira¹

Palavras-chave: ocupações secundaristas. educação menor. juventude. subjetivação política. resistência.

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho objetiva investigar o movimento de ocupações estudantis secundaristas em 2016, no sul de Minas Gerais, nas escolas públicas da rede estadual e municipal de Poços de Caldas, sob a ótica do conceito da educação menor. A pesquisa, utilizando-se da perspectiva da educação menor, conceito este elaborado por Silvio Gallo, busca desvelar de quais formas tal movimento de resistência estudantil contribuiu para o próprio processo de subjetivação política destes jovens militantes. A educação menor busca romper com a educação maior e sua sistemática de controle massificado, buscando fugas dentro das falhas criadas pela mesma. Logo, para Silvio Gallo, a educação menor pode ser compreendida como aquela que age exatamente nas brechas para, a partir do deserto e da miséria da sala de aula, fazer emergir possibilidades que escapem a qualquer controle. Para tanto, objetiva-se descortinar de que maneiras as características da educação menor, quais sejam a desterritorialização, a ramificação política e o valor coletivo, se fizeram presentes no bojo das ocupações secundaristas. Importa ainda acessar por meio dos próprios sujeitos, quais as singularidades que os mesmos, ao se posicionarem como resistência, imprimiram nesse movimento de natureza tão peculiar. No que tange à metodologia, esta se desenvolverá por uma abordagem qualitativa, com o uso de revisão bibliográfica e sistematização de pesquisas já realizadas com os estudantes das escolas ocupadas poços-caldenses, bem como de análise documental sobre material público e particular produzido no decorrer da vigência do movimento. Por nos lançarmos em terreno de singularidades, é vital a coleta de material midiático audiovisual, de sítios da internet, bem como produções particulares dos próprios estudantes. Espera-se com essa investigação conhecer as implicações subjetivas das ocupações secundaristas nos atores de resistência que protagonizaram o movimento. Não se tratará de um mero conhecer, mas sim de um adentrar no universo desses sujeitos ancorado numa perspectiva deleuziana e foucaultiana, explorando esses diversos devir-secundaristas pela lente da educação menor. Se resistir é ocupar e ocupar é por si só é um ato político, nos cabe conhecer mais sobre o devir-secundarista, aquele que brotou do chão da escola, do cotidiano, da menoridade, para fazer política e se permitir politizar.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Pesquisadora do CNPq. maraadvsindute@gmail.com



A JUVENTUDE CATÓLICA OPERÁRIA (JOC) E SUA INSPIRAÇÃO, A PARTIR DA DÉCADA DE 1950, PARA A ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEB'S) NO BRASIL.

Caroline Aparecida Ferreira¹

Palavras-chave: Juventude. Comunidades. Igreja.

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Resumo

O presente trabalho tem como tema o estudo sobre as memórias de membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Diocese da Campanha - MG, que tiveram forte presença na organização política da juventude, no ano de 1968. Será feito, com base em entrevistas com sujeitos que atuaram no início da organização e estruturação das CEB's, bem como com aqueles que, de alguma forma, estão hoje em dia atuando nos eventos promovidos, procurando perceber influências, mudanças e permanências dentro da Igreja Católica e seus conceitos de comunidade. A análise do movimento será feita a partir do conceito desenvolvido por Frei Betto (1988), sobre comunidade eclesial e teologia da libertação, e os estudos de Alejandra Esteves (2011), Laci Alves (2013) e Reinaldo Schiavo (2014), que trabalham com a juventude católica na ditadura militar. O movimento da Juventude Católica Operária (JOC) foi idealizado por um padre belga chamado Joseph Cardijn no ano de 1925, ficando sob coordenação da Ação Católica. Rapidamente a JOC espalhou-se pelo mundo e chegou ao Brasil no ano de 1932, sendo reconhecida pela hierarquia da Igreja apenas em 1948. Contando com o apoio da Igreja, os jocistas acreditavam que a ação evangelizadora proporcionaria a paz social entre patrões e empregados, baseados na justiça social. No território brasileiro a JOC estava ligada ao projeto que foi adotado pela Ação Católica de recristianizar a classe operária. A partir da década de 1950, no entanto, a Juventude Católica Operária assumiu uma nova postura, dessa vez de ordem política, em detrimento da posição religiosa ou pedagógica do início. Nessa perspectiva, o movimento começou a sofrer uma divisão interna, sobretudo após a realização do Congresso de Recife em 1968; além disso, perdeu apoio de uma parte do clero e começou a sofrer um esvaziamento decorrente da prisão de líderes e abandono por parte de alguns membros. Diante disso é possível perceber que, apesar do contexto de crise no interior da JOC, o movimento inspirou a organização de outros movimentos brasileiros, como por exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Expressando-se como uma das estratégias de atuação da Teologia da Libertação e tendo como princípios as propostas do Concílio Vaticano II para a Igreja, as CEB's eram pequenos grupos formados nos bairros, favelas e zonas rurais com o objetivo refletir sobre a realidade social

¹Discente do curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: carolineaparecidaf@hotmail.com



vivida pelo povo, observar os problemas sofridos pela comunidade e planejar ações que tornassem possível a resolução dos problemas e o suprimento das necessidades. Utilizando-se do mesmo método da Juventude Católica Operária, "ver-julgar-agir", as CEB's foram constituindo-se como um "jeito de ser Igreja" dentro de uma paróquia, por meio das reuniões, dos encontros promovidos nas comunidades, dos círculos bíblicos realizados periodicamente e dos eventos diocesanos.

“LUTE COMO UMA MENINA”: UMA NOVA RELAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

Isabella Batista Silveira¹

Palavras-chave: ocupação; formação; experiência; gênero.

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões teóricas sobre as ocupações estudantis secundaristas que aconteceram no segundo semestre do ano de 2016 e é parte do relatório de qualificação da pesquisa “LUTE COMO UMA MENINA”: UMA NOVA RELAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS” que será apresentada para a conclusão da Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Alfenas. A partir da apresentação do panorama político e apoiada nos conceitos de classe e experiência do historiador inglês Edward Thompson, buscamos investigar como se deu o processo de formação no interior das ocupações e como este processo formativo desencadeou outras percepções sobre o espaço escolar, movimentos estudantis e, principalmente, sobre as relações estabelecidas no contexto desta experiência. Para tal compreensão, elencamos a relação de gênero, estabelecida dentro das ocupações, como principal balizador e medidor dos impactos desta experiência nos sujeitos ocupantes. O procedimento metodológico utilizado, para além da revisão teórica e demais produções relacionadas às ocupações são entrevistas semiestruturadas. As entrevistas estão sendo feitas com meninas ocupantes de escolas estaduais de duas cidades do Sul de Minas Gerais e que desempenharam um papel de protagonismo nos processos de formulação política. A análise do conjunto total destas entrevistas ainda será considerada para o trabalho completo, que ainda está em processo de construção e escrita. Ainda nos interessa, até o fim da pesquisa e para um segundo momento de sua produção, analisar a relação de gênero amparada no escopo conceitual do feminismo classista como principal auxiliar das análises. Ainda que em processo de investigação, podemos considerar que o exercício da autonomia, da auto-organização e o do *auto fazer-se* foram fundamentais para que as ocupações não se limitassem ao papel de ser apenas uma ferramenta tática de luta política. As ocupações colocaram para os sujeitos que experienciaram este processo novas perspectivas de atuação social e política, se efetivando na prática das relações sociais que permearam as escolas ocupadas com todas as reflexões feitas a partir dos debates de gênero, raça e classe.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Alfenas. Graduada em Ciências Sociais-Licenciatura pela mesma universidade e membro do Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG. isabellasilveira@gmail.com

